

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, janeiro de 2013, número 61. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Os rumos atuais da reforma agrária**

### ARTIGO DO MÊS

**La cuestión agraria uruguaya en diálogo con Pierre Bourdieu y Bernardo Mançano Fernandes**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**XX Encontro Nacional de Estudantes de Geografia - ENEG**  
UFG/Goiânia – Goiás, 13 a 19 de janeiro de 2013.

**XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL**  
Lima – Peru, 08 a 12 de abril de 2013.

**VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA**

**VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Jornada de Geografia das Águas**  
UFPB/João Pessoa – Paraíba, 22 a 26 de setembro de 2013.

### PUBLICAÇÕES E VÍDEOS



**Revista NERA n. 20.**

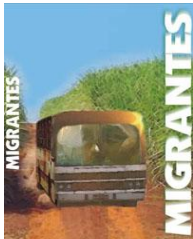
*Autores: Vários.*

Fruto de uma construção coletiva e voluntária, a Revista NERA (RNERA) objetiva construir no meio acadêmico um espaço de diálogo e discussões enfocando no caráter científico e político do conhecimento geográfico, desempenhando a articulação da reflexão entre professores, alunos, movimentos socioterritoriais, sociedade em geral, enfim, todos aqueles envolvidos em pensar a complexidade espacial/territorial do campo brasileiro e mundial. Nesta edição trazemos oito artigos e uma resenha a partir de uma perspectiva crítica sobre a Geografia Agrária. Cada um, do seu jeito, explicam o rural do mundo e as transformações que ocorrem e as que não ocorrem.

Para acessar: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

**Vídeo: Migrantes**

*Realização: Projeto "Educação através das Imagens" – UFRJ*



Documentário que retrata as condições de trabalho e vida dos trabalhadores do Nordeste nos canaviais das modernas usinas paulistas e os motivos que os levam a migrarem de suas terras para submeterem-se a um trabalho árduo, penoso, arriscado no corte da cana. Nos canaviais eles ficam sujeitos a uma nova disciplina e submetidos a um ritmo de trabalho que os colocam no limite de suas capacidades físicas: são obrigados a cortarem, no mínimo, 10 toneladas de cana/dia para permanecerem empregados. A realidade destes trabalhadores do agronegócio da cana é desafiadora para a sociedade e autoridades brasileiras. Como reverter esta situação? Este é o maior desafio que o vídeo documentário coloca em cena.

Para baixar: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/videos.html>

APOIO

Elaboração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Ananda R. F. de Souza (bolsista Ciência na UNESP) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES). Revisão/Publicação: José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egidio Avanço Cubas.  
Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## OS RUMOS ATUAIS DA REFORMA AGRÁRIA

**Gerson Teixeira**

Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA  
[gersonteixeira@terra.com.br](mailto:gersonteixeira@terra.com.br)

Na década de 1990, no apogeu do neoliberalismo levado ao extremo pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as organizações dos trabalhadores do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) e várias outras instituições solidárias à luta pela reforma agrária combateram de forma vigorosa a implantação, no Brasil, da estratégia do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para a América Latina relativa à reforma agrária de mercado.

Na ocasião, em auxílio às ações dos trabalhadores, o então Fórum Nacional pela Reforma Agrária organizou um rico dossiê apontando as diversas irregularidades que cercavam esse projeto, que serviram de fundamento para um recurso junto ao Banco Mundial demandando a extinção do programa em nosso país.

O programa não foi abolido, mas pode-se dizer que a mobilização da sociedade civil logrou importante êxito ao manter nas franjas institucionais o chamado projeto **Banco da Terra**, o carro-chefe da estratégia de transferir para o mercado o poder regulatório da problemática agrária brasileira. Tanto que ao longo dos oito anos de governos FHC, a aplicação do instrumento da desapropriação para fins sociais foi preservada quando se analisa a matéria sob os seus parâmetros historicamente limitados. Nesses oito anos, 3.532 imóveis, com área de 10.3 milhões hectares, foram objetos de decretos desapropriatórios, enquanto que nos oito anos seguintes esses atos alcançaram o total de 1990 imóveis e área de 4.3 milhões hectares. Em contrapartida, de 2003 a 2010, as políticas de estímulo produtivo e de proteção da renda dos agricultores familiares não encontraram paralelo na história do Brasil.

Contudo, em matéria de reforma agrária, na restrita forma aplicada no Brasil, “bons tempos” aqueles do neoliberalismo. Afinal, a densidade das lutas populares conseguiu barrar a escala pretendida para a reforma agrária de mercado e, em que pese as suas deformações políticas, esta tinha uma dimensão redistributiva à medida que culminava com a transferência, para os camponeses, de terras das grandes propriedades.

Na atualidade, são robustos os sinais em sentido oposto, de que terras da União sob o controle dos assentados deverão ser transferidas para as grandes propriedades e assim configurando processo concentrador.

Este deverá ser o desfecho da proposta de emancipação à força de assentamentos abandonados à própria sorte pelos poderes públicos, com a titulação dos respectivos lotes que envolvem milhões de hectares. Sugerida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a medida traduz a homologação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) à comovente sensibilidade social da presidente da entidade pela ‘libertação dos assentados’. Na verdade, a líder ruralista opera para atender a sanha expansionista do agronegócio que igualmente investe sobre os territórios indígenas, quilombolas e das áreas protegidas em geral.

Os órgãos de imprensa deram ampla divulgação à recente visita das principais autoridades agrárias à presidente da CNA, ocasião na qual, de acordo com a imprensa, houve acordo sobre o conjunto das medidas recomendadas pela hiperativa liderança do agronegócio.

O alvo de última instância do ‘pacote agrário da CNA’ é, também, a busca da garantia jurídica na apropriação das terras, notadamente na Amazônia, o que retoma estratégia originalmente proposta pela Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) na gestão Mangabeira Unger e apenas em parte materializada com o ‘Terra Legal’.

Neste momento, visa-se um ‘Terra Legal’ ampliado e mais flexível. Pelas recomendações da CNA, teremos, fora a ‘libertação dos assentados’: (i) a ratificação dos títulos das propriedades localizadas nas faixas de fronteiras, irregularmente feita pelos estados; (ii) a regularização “de ofício” dos imóveis localizados às margens das rodovias federais que tende a legitimar milhões de hectares grillados objeto das mais diversas formas de violência contra trabalhadores e comunidades tradicionais; (iii) e a simplificação do georreferenciamento dos imóveis. Perpassando a nova engenharia comenta-se que o desmanche do INCRA é questão de (pouco) tempo.

O pacote de medidas confirma o processo evidenciado em 2011 e 2012 quanto à periferização das ações de reforma agrária. Nesses dois anos, apenas 76 imóveis abrangendo área de 129.5 mil hectares foram objeto de decretos desapropriatórios; desempenho tão pífio que desde 1985 só encontra correspondência durante o governo Collor.

Consta que, por trás dessas medidas, existe uma institucionalidade atípica investida em um ‘quadro’ da Casa Civil que se sobreporia às autoridades formais do setor. Trata-se de um funcionário que desde o período FHC alterna cargos nos escalões superiores de governo. Com perfil baixo reflexivo e refratário aos pobres do campo, mas que encanta internamente pela personalidade e pelo autoritarismo marcante, referida autoridade fixou limite aleatório de R\$ 100 mil por família para os projetos de assentamentos. Com isso retornaram ao INCRA dezenas de processos de desapropriação que estavam para despacho com a presidenta.

A insensatez do limite imposto não se deve à intenção meritória pela redução dos impactos fiscais da desapropriação, mas à sua forma irrefletida. Até as cercas dos latifúndios sabem que os fatores que oneram o processo desapropriatório são os seus ralos imorais que irrigam os bolsos dos latifundiários. O pagamento de precatórios pelo INCRA, preponderantemente resultantes do pagamento indevidos de ‘juros compensatórios’, já constitui a segunda ação da autarquia em demanda de recursos.

Em 2012, foram R\$ 374 milhões nessa ação. Para 2013, a proposta orçamentária prevê R\$ 634 milhões, ou seja, um incremento de 70% para pagamento de precatórios.

Então, ao invés de propor mudança na MP nº 2.183/2001 para extinguir essa anomalia, entre outras, e assim reduzindo o custo da desapropriação para patamar bem abaixo dos R\$ 100 mil, a ilustre autoridade da Casa Civil estabeleceu corte arbitrário que inviabiliza em definitivo o instrumento da desapropriação.

A presidenta Dilma, que vem enfrentando com muito denodo e coragem interesses econômicos poderosos em defesa dos maiores interesses do povo brasileiro, e operando no limite pelo fortalecimento dos instrumentos de transferência de renda para o combate à miséria em nosso país, haverá de reavaliar os rumos atuais do programa de reforma agrária, de suma relevância para os interesses estratégicos do Brasil.

Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)